



Congresso Internacional
de Administração
ADM 2021

24 a 28
de outubro
Ponta Grossa - Paraná - Brasil

**SOBREVIVÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES
EM TEMPOS INCERTOS:**

O papel dos gestores e do ambiente externo
no sucesso e no fracasso organizacional.

O ENSINO DO EMPREENDEDORISMO EM PORTUGAL E ALGUMAS REFLEXÕES CRÍTICAS

TEACHING ENTREPRENEURSHIP IN PORTUGAL AND SOME CRITICAL REFLECTIONS

ÁREA TEMÁTICA: TEORIAS ORGANIZACIONAIS

Hígor Cordeiro de Souza, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Rondônia - IFRO,
Doutorando em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto – FEP, Brasil,
higorcordeiro@gmail.com

Resumo

Neste artigo tenho como objetivo apresentar a ideia de intenção empreendedora e contextualizar a situação do ensino do empreendedorismo em Portugal. Com este objetivo geral em mente busco demonstrar, por meio de pesquisa bibliográfica, as bases e diretrizes institucionais e legais que fomentam o ensino do empreendedorismo na União Europeia, bem como procuro destacar algumas das iniciativas e projetos relacionados à temática da educação empreendedora em Portugal. Por fim proponho uma breve reflexão sobre a educação empreendedora a fim de debater criticamente a pertinência de tal abordagem e suas implicações enquanto projeto educacional a nível europeu e português.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Ensino; Portugal; Reflexões Críticas.

Abstract

In this article, I aim to present the idea of entrepreneurial intention and contextualize the situation of teaching entrepreneurship in Portugal. With this general objective in mind, I seek to demonstrate, through bibliographic research, the institutional and legal bases and guidelines that promote the teaching of entrepreneurship in the European Union, as well as I seek to highlight some of the initiatives and projects related to the theme of entrepreneurial education in Portugal. Finally, I propose a brief reflection on entrepreneurial education in order to critically debate the relevance of such an approach and its implications as an educational project at European and Portuguese levels.

Keywords: *Entrepreneurship; Teaching; Portugal; Critical Reflections.*

1. INTRODUÇÃO

Já há algum tempo o empreendedorismo deixou de ser um assunto restrito aos círculos empresariais e acadêmicos (Mendes, 2007). No campo da educação, se antes era tópico restrito à economia e a gestão pode-se dizer que hoje cada vez mais outras áreas de conhecimento se interessam pela temática e buscam incluí-la em suas diretrizes ou planos de ensino (Turner & Gianiodis, 2018). No campo político governos e organismos internacionais partem do pressuposto de que o empreendedorismo pode ser a solução para problemas sociais como o desemprego e a pobreza (Moberg et al. 2014; Santos, Neumeyer & Morris, 2018; OCDE, 2019), além do que também existe o argumento de que por meio da inovação empreendedora o próprio

nível de desenvolvimento, bem estar e competitividade dos países poderia ser melhorado (Niwa, 2018; Ramos, Madeira & Duarte, 2020; Audretsch, Grilo & Thurik, 2007), de modo que a ideia que se propaga é que desenvolvimento econômico e social podem ser alcançados por meio da inovação empreendedora e mecanismos de mercado.

Embora nas sociedades e nos governos exista muito entusiasmo em torno do empreendedorismo e da figura do empreendedor dentro do campo acadêmico este é um assunto extremamente complexo, interdisciplinar e com as mais variadas abordagens teóricas (Audretsch, Grilo & Thurik, 2007; Barron & Ruiz, 2021). Desde o momento de sua origem histórica até a imprecisa conceituação de seu termo o empreendedorismo se mostra como um objeto amplo, controverso e aberto a discussões. Outro ponto é a figura do empreendedor que também a depender da perspectiva teórica adotada pode se apresentar das mais variadas formas, podendo o empreendedor ser considerado como alguém inovador; oportunista, heróico, um profissional liberal ou mesmo um simples vendedor de rua ou entregador de comida. O fato é que o empreendedorismo tornou-se o paradigma profissional e comportamental de nossa época e por isso instituições de direito privado, governos, ONGS e Organismos Internacionais buscam formas de promover a mentalidade empreendedora nos indivíduos e para esta função o ensino e a educação empreendedoras são consideradas ferramentas essenciais (Rae, 2010; Rodrigues, Raposo & Paco, 2010; Moberg et al. 2014; Lackéus & Sävetun, 2018; Lima, 2019).

Em Portugal são escassas as fontes de dados sobre empreendedorismo (Brás & Soukiazis, 2020), por outro lado é crescente a pressão a nível internacional e nacional para maiores investimentos e incentivos no empreendedorismo (Redford, 2006; 2008; 2013; Fernandes & Afonso, 2015; Niwa, 2018). Esta pressão para o empreendedorismo pode ser justificada, segundo autores como Silva et. al (2008), devido ao fato de Portugal ser considerado um país com baixo perfil empreendedor e, portanto, com uma cultura de baixa tolerância a riscos.

A fim de responder a esta demanda por mais empreendedorismo diversas ações já foram tomadas a nível governamental no país e o setor da Educação, apesar de não possuir uma política nacional unificada para o empreendedorismo (Eurodyce, 2016), já recebe atenção por meio de diversas iniciativas, tanto públicas quanto privadas (Redford, 2008; Daniel et al., 2015; Gomes et al., 2018) com o intuito de alavancar a “intenção empreendedora dos estudantes”, como por exemplo as iniciativas das universidades empreendedoras (Mónico et al. 2021) e os diversos projetos com foco em empreendedorismo desenvolvidos nas escolas, (Gonçalves, 2020) e Institutos politécnicos (Paiva, Alves & Sampaio, 2018).

No presente artigo pretendo apresentar a ideia de intenção empreendedora e contextualizar a situação do ensino do empreendedorismo em Portugal, explicitando sua base institucional e apresentando os mais recentes estudos sobre a temática realizados no país. Com este objetivo geral em mente busco demonstrar, por meio de pesquisa bibliográfica, as bases e diretrizes institucionais que fomentam o ensino do empreendedorismo na União Europeia, bem como destaco algumas das iniciativas e projetos relacionados à temática da educação empreendedora em Portugal. Por fim proponho uma breve reflexão sobre a educação empreendedora a fim de debater criticamente a pertinência de tal abordagem e suas implicações enquanto projeto a nível europeu e português.

2. Educação e Intenção Empreendedora

A área da educação empreendedora é um campo em expansão com amplas possibilidades para novas pesquisas (Liguori et al., 2019), havendo uma grande quantidade de estudos apontando os benefícios de se promover o empreendedorismo junto aos estudantes (Banha, Saúde & Flores, 2021). Dentre estes benefícios temos o trabalho de Gomes et al., (2018) que associa o ensino do empreendedorismo ao sucesso e bem-estar dos jovens bem como o relaciona a uma forma de aproximar os mundos acadêmico e empresarial. Redford (2006), por sua vez, aponta a educação empreendedora como uma alternativa de segurança econômica capaz de fazer frente a dependência estatal.

Inicialmente o ensino do empreendedorismo foi introduzido em universidades dos Estados Unidos, mas logo se espalhou pela Europa tornando-se assunto de grande interesse (Volkman, 2004). Para Redford (2006, p.20) existem 3 papéis que a educação empreendedora pode desempenhar para promoção de uma sociedade empreendedora, são eles: apresentar o empreendedorismo como alternativa profissional para os estudantes, bem como promover o modelo mental e a criatividade empreendedoras; desenvolver as ferramentas e habilidades empreendedoras nos alunos e, por fim, lançar mão dos profissionais da educação para o desenvolvimento de novos conhecimentos em empreendedorismo e assim disseminar estes novos saberes para alunos, políticas públicas e para o público em geral.

Adicionalmente podemos afirmar que a educação empreendedora tem influenciado as escolhas das abordagens pedagógicas usadas em salas de aula (Ratten & Usmanij, 2020) que agora passam a ter maior ênfase na ação e no “aprender fazendo” de modo que o grande objetivo se torna a construção e consolidação de competências, sendo, portanto, um tipo de educação muito mais pragmática e distante do estilo convencional (Hägg, 2017; Gonçalves, 2020) caracterizado por ser mais teórico e reflexivo (Chaves & Parente, 2011). Autores como Ramos, Madeira & Duarte (2020) advogam que a educação empreendedora deve ser centrada em passar para os alunos determinadas habilidades conforme a idade e o nível de desenvolvimento de cada estudante, outros autores enxergam neste tipo de educação uma chance para a exposição de casos concretos que servirão de base para os estudantes quando estes se depararem com oportunidades de negócios (Brandão, Paiva & Saraiva, 2018).

Podemos afirmar então que o foco da educação empreendedora é fazer com que alunos tenham a capacidade de se colocarem como protagonistas dos processos de mudança, fazendo assim com que assumam a responsabilidade pela geração de empregos e criação de novas empresas (João & Silva, 2020), mas não só isso, o empreendedorismo deste prisma passa a englobar uma “visão mais holística do ser humano e suas ações” sendo o responsável por encontrar soluções inovadoras “para os antigos e novos problemas da sociedade” (Banha, Saúde & Flores, 2021 p. 108). Temos, portanto, a ideia de que se o empreendedorismo é algo que deve fazer parte das habilidades dos indivíduos, logo é necessário que seja encarado não como um traço de nascença ou dom natural, mas como algo que pode ser cultivado e ensinado por meio da educação (Volkman, 2004; João & Silva, 2020).

Desta forma, uma das principais preocupações das universidades é fazer com que os estudantes tenham a intenção de empreender (João & Silva, 2020), por esta razão as pesquisas sobre

educação empreendedora têm se voltado a estudar as relações entre educação empreendedora e o foco de trabalho que os estudantes tomam após serem expostos a tais ensinamentos (Barron & Ruiz, 2021). Embora existam estudos que afirmem que a educação empreendedora é importante para o fomento da intenção empreendedora (Ratten & Usmanij, 2020; Mónico et al. 2021) é válido salientar que este não é um assunto pacífico, uma vez que diversos outros estudos apontam que não obrigatoriamente educação empreendedora implica em intenção empreendedora, existindo outros fatores a serem levados em consideração (Parreira et al. 2017).

Estudos como o de Anne Støren (2014), demonstram que não necessariamente estudantes que passaram por aulas de empreendedorismo estarão mais propensos a empreender. Outro caso é o estudo de Lackéus & Sävetun, (2018) onde se observou que pressões e políticas governamentais de incentivo à educação empreendedora não resultaram em impacto significativo na intenção empreendedora dos estudantes analisados.

Também parece razoável considerar que ainda que cursos de empreendedorismo possam levar a maiores intenções empreendedoras nem todos os indivíduos responderão da mesma maneira, a depender de diversas variáveis como por exemplo a quantidade de tempo a que alguém esteve submetido a educação empreendedora (Ratten & Usmanij, 2020). Há ainda estudos que afirmam que a educação empreendedora serviria mais como uma motivação para aqueles estudantes que, já de partida, tinham a intenção de empreender (Mónico et al., 2021).

Assim, embora exista literatura de que a educação empreendedora não está por si só ligada de forma cabal e conclusiva a uma maior incidência de atividade empreendedora podemos notar que as universidades cada vez mais privilegiam o ensino do empreendedorismo e o consideram como um diferencial no currículo de seus estudantes (Gonçalves, 2020). Adicionalmente vemos que a maioria dos estudos sobre Educação empreendedora apresentam uma visão positiva do assunto (Ratten & Usmanij, 2020) de modo que independentemente de seus resultados efetivos o que não se pode negar é que existe bastante interesse e empenho na disseminação destes conhecimentos, fato que se nota no crescente mobilização de governos e organismos internacionais em implementar a educação empreendedora como política pública, sempre associando-a ao crescimento e desenvolvimento econômico, social e tecnológico das sociedades.

3. A Educação Empreendedora no Contexto Europeu

Por toda a Europa a educação empreendedora tem sido disseminada como elemento interdisciplinar com destaque para a educação secundária e para cursos superiores da linha de economia e gestão (Banha, Saúde & Flores, 2021). A União Europeia, por sua vez, tem reforçado o compromisso do bloco com a educação empreendedora destacando-a como uma das oito competências essenciais para a promoção da cidadania ativa, de um estilo de vida sustentável e saudável, realização pessoal, empregabilidade e inclusão social (European Commission, 2019).

Conforme aponta o relatório Eurydice (2016) a União Europeia opera um esforço para a promoção do empreendedorismo enquanto diretriz básica curricular em toda os níveis de ensino e setores da vida, existindo um fundo próprio de financiamento para esta finalidade. Ademais, o bloco busca promover a educação empreendedora em todos os níveis de escolaridade, de forma “que tanto as crianças quanto os jovens e os adultos estejam aptos a gir de forma empreendedora”. (União Europeia, 2006 p. 3).

Data de 2003 o primeiro documento considerado como um dos marcos regulatórios do empreendedorismo na Europa. O chamado “Livro verde sobre Empreendedorismo” já incluía a educação como ponto fulcral para o progresso do continente e ao longo dos anos foi seguido de uma série de outros documentos que reafirmaram o compromisso da União Europeia com a promoção de diretrizes em favor da educação empreendedora. A figura a seguir retirada do relatório Eurodyce (2016) apresenta os principais documentos e ajuda-nos a compreender melhor a evolução das políticas educacionais voltadas ao empreendedorismo no continente.

Figura 1: Documentos da política europeia de Educação para o empreendedorismo

Ano	Marco da Política Europeia	Descrição
2003	Livro verde sobre Empreendedorismo na Europa	O primeiro plano de ação para o empreendedorismo na Europa, incluindo a educação como fator chave para alcançar o progresso
2006	Agenda de Oslo sobre a Educação para o Desenvolvimento do Empreendedorismo na Europa	Um conjunto de propostas que descrevem como apoiar o progresso na educação para o empreendedorismo, através de ações sistemáticas e eficazes a nível da UE, nacional, regional e institucional
	Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida	Uma das oito competências chave identificadas foi “o espírito de iniciativa e o espírito empresarial”
2010	A Caminho de uma maior Coerência na Educação para o Empreendedorismo	Projeto de investigação sobre a introdução de estratégias sistemáticas na educação para o empreendedorismo, incluindo a apresentação do Modelo de Progressão
2012	Plano de Ação “Empreendedorismo 2020”	Identifica a educação para o empreendedorismo como um dos três pilares para apoiar o crescimento da educação para o empreendedorismo na Europa
	Educação para o empreendedorismo nas Escolas Europeias	Um estudo da Rede Eurydice que analisa a integração da educação para o empreendedorismo nas políticas e práticas do ensino obrigatório na Europa
2014	Relatório Final do Grupo de Trabalho Temático para a Educação para o Empreendedorismo	Orientações estratégicas para as administrações nacionais e regionais desenvolverem estratégias e práticas mais eficazes de educação para o empreendedorismo
	Conclusões do Conselho Europeu sobre o empreendedorismo na educação e na formação	Convite à Comissão Europeia e aos Estados-Membros para promoverem e incorporarem a educação para o empreendedorismo nos sistemas de educação e formação
2015	Educação Empreendedora: O Caminho do Sucesso	Compilação de evidências sobre o impacto das estratégias e medidas da educação para o empreendedorismo
	Resolução do Parlamento Europeu sobre a promoção do empreendedorismo jovem através da educação e da formação	Convite à Comissão Europeia para apoiar o desenvolvimento de competências de empreendedorismo através dos seus programas e convite aos Estados-Membros para utilizar o financiamento disponível, tais como os Fundos Estruturais da UE, com vista a promover o desenvolvimento de competências empreendedoras

Fonte: Adaptado de Eurydice, (2016).

Portanto, com base nos documentos podemos admitir que o bloco parte da premissa de que para alavancar o desenvolvimento econômico e obter maiores níveis de emprego se faz necessário a existência de um maior contingente de empreendedores (Brandão, Paiva & Saraiva, 2018). O entendimento é de que o empreendedorismo não deve ser uma característica restrita aos campos profissional e econômico, mas que também deve se estender a todas as esferas da vida pessoal e ao exercício da cidadania, sendo, portanto, a cultura empreendedora uma espécie de habilidade básica desejável para uma maior autonomia dos indivíduos. O foco na juventude fica bastante claro quando diz que o “empreendedorismo é reconhecido como uma **“competência essencial para todos**, uma vez que ajuda os jovens a serem mais criativos e autoconfiantes em qualquer atividade que realizem e a agirem de forma socialmente responsável” (União Europeia, 2006 p. 4).

Tais diretrizes têm como objetivo claro a criação de um ambiente o mais propício possível ao empreendedorismo, o que se busca, portanto, é a construção de uma mentalidade empreendedora (União Europeia, 2016,) para que os indivíduos passem a considerar abrir o próprio negócio. Neste contexto a educação empreendedora tem um papel importante pois serve para aumentar a probabilidade de êxito nos negócios servindo ainda como estímulo motivacional ao apresentar os ganhos na forma de recompensa econômica e satisfação pessoal (União Europeia, 2006 p. 4).

Conforme aponta o relatório Eurodyce a União Europeia entende que:

A educação para o empreendedorismo refere-se ao desenvolvimento das competências dos aprendentes e à sua capacidade para transformar ideias criativas em ações empreendedoras. Trata-se de uma competência essencial para todos os aprendentes, que contribui para o desenvolvimento pessoal, cidadania ativa, inclusão social e empregabilidade. É relevante para o processo de aprendizagem ao longo da vida, em todas as disciplinas e para todos os tipos de educação e de formação (formal, não formal e informal) que contribuem para um espírito ou comportamento empreendedores, com ou sem finalidades comerciais (Eurodyce, 2016, p.21).

Assim, para pôr em prática seu entendimento de educação empreendedora a principal abordagem de ensino adotada pela União Europeia baseia-se nos estudos de Heinonen e Poikkijoki (2006) e tem como ponto central munir os jovens com atitudes, conhecimentos e competências com o intuito de fazê-los aptos a tarefa de empreender. A figura a seguir detalha as três dimensões e as subdivide em categorias que representam os resultados práticos esperados por parte dos países que as aplicam (Brandão, Paiva & Saraiva, 2018).

Figura 2: Dimensões do ensino para o empreendedorismo e suas categorias

Atitudes	
Categoria 1	Autoconhecimento e autoconfiança: atitudes necessárias a todos os outros aspetos do empreendedorismo, envolvendo a descoberta e confiança nas capacidades individuais que, posteriormente, permitem transformar ideias criativas em ações.

Categoria 2	Tomada de iniciativa, assunção de riscos, pensamento crítico, criatividade e resolução de problemas.
Conhecimento	
Categoria 1	O conhecimento de oportunidades de carreira e do mundo laboral resultam da aprendizagem que, não sendo exclusivamente relacionados com o empreendedorismo e fazendo parte da preparação geral dos estudantes para carreiras futuras, envolvem o conhecimento da natureza e tipos de trabalho, contribuindo para a avaliação de oportunidades e ameaças.
Categoria 2	Literacia econômica e financeira, incluindo conhecimento de conceitos e processos aplicáveis ao empreendedorismo.
Categoria 3	Conhecimento sobre organização de empresas e de processos, específicos do ambiente em que o empreendedorismo se desenvolve.
Competências	
Categoria 1	Comunicação, apresentação e planeamento, assim como capacidade para trabalhar em grupo.
Categoria 2	Exploração das oportunidades de empreendedorismo, incluindo várias fases da criação de um negócio (concepção e implementação de um plano de negócios).

Fonte: Adaptado de EACEA, 2012; citado por Brandão, Paiva & Saraiva, 2018.

Vemos que o modelo de Heinonen e Poikkijoki (2006) busca trabalhar o empreendedorismo “de dentro para fora” preocupando-se inicialmente com a construção de aspectos psicológicos e características pessoais (autoconhecimento e confiança) para depois partir para conhecimentos relacionados ao mercado de trabalho, organizações e ao ambiente em geral. Por fim concentra-se nas habilidades de comunicação e na identificação e exploração de oportunidades.

É válido salientar que a União Europeia condiciona a continuidade de seu modelo social a um crescimento econômico apoiado no empreendedorismo e por este motivo estimula a educação empreendedora como forma de viabilizar a criação de projetos e empresas inovadoras (União Europeia, 2006). Por fim podemos dizer que o empreendedorismo é apresentado como a solução central para os problemas da chamada sociedade do conhecimento, sendo útil para tratar desde problemas como o desemprego juvenil até as crises econômicas (Eurodyce, 2016, p17). Temos, portanto, que as diretrizes da União Europeia caminham no sentido de promover em seus países membros um perfil de cidadão empreendedor, adaptado a um processo de constante aprendizagem (União Europeia, 2006b), responsável e apto a transformar ideias de negócio em ação (União Europeia, 2006).

4. A Educação Empreendedora no Contexto Português

Fala-se que em Portugal limitações culturais são um dos fatores que impedem o avanço do empreendedorismo (Mendes, 2007), a este respeito Silva et. al (2008) comentam que o medo de falhar e a baixa tolerância ao risco acabam por contribuir com a baixa incidência de atividades empreendedoras no país. Ademais, em um famoso estudo realizado em Portugal por uma empresa norte-americana constatou-se que 16% dos pesquisados consideravam positiva a percepção da sociedade em relação ao empreendedorismo. Tal percentagem resultou na 43^a

posição para Portugal, ficando o país com a segunda pior percepção da sociedade em relação ao empreendedorismo a nível mundial (Cardoso, 2016).

Outro dado relevante apontado pelo Relatório GEM (2016) indica que 48,9% da população portuguesa acredita possuir know-how suficiente para empreender. Porém o mesmo relatório aponta que apenas 28,1% das pessoas admitiram existir alguma chance de oportunidade de negócio nos próximos seis meses (a contar da data em que foi feita a pesquisa). O que nos leva a concluir que mesmo considerando-se aptos para empreender os portugueses acreditam que existam poucas boas oportunidades para fazê-lo.

Tendo em vista o cenário exposto autores como Parreira et al. (2017); Rodrigues, Raposo & Paco (2010) e Mendes (2007) acreditam que o ensino do empreendedorismo seja um caminho a ser considerado e incentivado com o objetivo de tornar a sociedade mais empreendedora e assim melhorar os níveis de desenvolvimento do país (Testas & Moreira, 2014; Ribeiro et al. 2017). De acordo com o Relatório Eurodyce (2016) Portugal não conta com uma estratégia nacional relevante para a promoção da educação empreendedora em todos os níveis escolares, no entanto destaca-se por participar de diversas iniciativas e projetos com vistas a promover o empreendedorismo, contando para isso com apoio governamental e de organizações externas.

Assim, mesmo não tendo uma estratégia geral traçada pelo governo, a educação e as competências empreendedoras fazem-se presentes nos currículos e nos gabinetes das instituições de ensino superior portuguesas (Gonçalves, 2020), sendo estas até mesmo apontadas como líderes na promoção de conhecimentos úteis ao empreendedorismo (Hunady, Orviska & Pizar, 2018). Nota-se que as instituições de ensino superior do país têm se preocupado em fornecer apoio adequado ao empreendedorismo e à proteção da propriedade intelectual, ao mesmo tempo em que buscam fazer parcerias com incubadores e organizações ligadas à ciência e tecnologia. O ensino empreendedor também tem recebido destaque sendo incentivado nos vários níveis de educação de maneira formal ou mesmo informalmente (Daniel et al., 2015), de modo que pode-se afirmar que há atualmente em Portugal uma crescente tendência de popularização do empreendedorismo junto a estudantes e a população em geral ao passo que cursos, prêmios e diversas outras iniciativas são desenvolvidas visando despertar a “atitude empreendedora” das pessoas (Fernandes & Afonso, 2015 p. 129).

4.1. Estudos Sobre Educação Empreendedora em Portugal

Conforme o empreendedorismo se populariza no meio acadêmico (Parreira et al., 2017) nota-se um crescente interesse dos pesquisadores em compreender especificamente as consequências da educação empreendedora em Portugal, seja nos ciclos básicos ou superiores, fato que se demonstra com os estudos realizados sobre o assunto (Redford, 2006; Mendes, 2007; Rodrigues, Raposo & Paco, 2010; Testas & Moreira, 2014; Saraiva & Paiva, 2014; Ribeiro et al. 2017; Silva, 2018; Ramos, Madeira & Duarte, 2020; Brás & Soukiazis, 2020; Banha, Saúde & Flores, 2021).

Ao investigar o ensino do empreendedorismo no ciclo básico de educação Chaves & Parente (2011) exploraram a abordagem pedagógica com foco em competências e destacaram seu caráter voltado para o empreendedorismo e para o desempenho de funções práticas, em contraposição a educação formal com características mais teóricas. Ao analisar duas escolas portuguesas em que foram adotadas as práticas de educação por competências as autoras concluem que a escola ganhou novos sentidos para alguns alunos a medida que eles aprenderam como ser empreendedores e a ver uma aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Banha, Saúde & Flores (2021), por sua vez, ao analisarem dois projetos realizados com estudantes em Portugal reforçaram a ideia da positividade em promover cidadania e espírito crítico por meio do ensino do empreendedorismo. Já Ramos, Madeira & Duarte (2020), em estudo realizado na região central de Portugal, concluíram que a educação empreendedora, bem como uma maior propensão a assumir riscos, influenciaram positivamente na intenção empreendedora dos participantes de um treinamento em empreendedorismo, porém fatores como “experiência profissional prévia” e “histórico familiar” tiveram resultados inconclusivos.

Brás & Soukiazis (2020) estudaram as variáveis macroeconômicas que mais influenciam o empreendedorismo em Portugal e concluíram que se mostrou verdadeira afirmação de que a educação tem um papel positivo na atividade empreendedora no setor da indústria. Na mesma linha de fatores que influenciam o empreendedorismo Parreira et al. (2017), em estudo quantitativo realizado com estudantes do ensino superior politécnico em Portugal, demonstraram que fatores do meio como “Disponibilidade de Recursos”, “Estabilidade do Negócio”, “Instabilidade Económica e Política” e “Oportunidades de Negócio” foram identificados como importantes determinantes do comportamento empreendedor.

Por fim o estudo de Mónico et al. (2021) afirma que a educação empreendedora é importante para o fomento da intenção empreendedora no país, uma vez que por meio da educação é possível a construção da personalidade, competência e intenção empreendedoras. Por esta razão para os autores as instituições de ensino superior deveriam agir de forma proativa a fim de estimular um ambiente de promoção da inovação e das habilidades empreendedoras.

4.2. O Governo de Portugal e o Ensino do Empreendedorismo

Legalmente a educação empreendedora é contemplada pelo Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, atualizado pelo Decreto-Lei nº 91/2013, de 10 de julho de 2013, que versa sobre os currículos dos ensinos primário e secundário e inclui o empreendedorismo no espaço dedicado à “Educação para a Cidadania”. Quanto a sua especificação, foi redigida em dezembro de 2012 pela Direção-Geral da Educação no documento intitulado “Educação para a Cidadania – Orientações” (Eurodyce, 2016), de acordo com o texto:

A educação para o empreendedorismo (EE) (...) visa promover a aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes que incentivem e proporcionem o desenvolvimento de ideias, de iniciativas e de projetos, no sentido de criar, inovar ou

proceder a mudanças na área de atuação de cada um perante os desafios que a sociedade coloca (Portugal, 2012 citado por eurodyce, 2016).

Em 2006 o governo lançou uma estratégia nacional para promover o ensino do empreendedorismo denominada “Plano nacional de Educação para o Empreendedorismo”. A estratégia foi executada até o ano de 2010 e tinha como objetivo aprimorar a atitude empreendedora de estudantes do ensino secundário (Saraiva & Paiva, 2014). Outras ações do governo foram programas como o “Empreende Já” e o “Startup Portugal”, este primeiro destinado ao público jovem e o último com o fito de promover um ambiente propício ao empreendedorismo em Portugal. O “Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo” (si2e) também foi outra ação promovida pelo governo, mas desta vez o foco era a criação de empregos por meio de micro e pequenos negócios (Silva, 2018, p. 989).

Em 2011 o governo português lançou o “Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação” (+e+i), com o objetivo de estimular a competitividade da economia bem como despertar o interesse da sociedade em geral e do empresariado para a inovação. Em seu documento o programa destacava a importância de munir os estudantes, desde os mais básicos níveis, com conhecimentos e competências empreendedoras (Niwa, 2018; Banha, Saúde & Flores, 2021).

Entre os anos 2015 e 2018 o Ministério da Educação português em parceria com os ministérios da educação de Áustria, Luxemburgo e Eslovênia desenvolveram o projeto “Youth Start – Entrepreneurial Challenges” , um projeto piloto visando promover a Educação para o Empreendedorismo, tendo como objetivo “promover o desenvolvimento das competências essenciais dos jovens, com o objetivo de potenciar a sua integração no mercado de trabalho e de expandir as suas perspetivas de vida” (Youth start project, 2018).

Por fim é importante destacar o programa “Poliempreende”, patrocinado por diversas empresas privadas e cofinanciado pelo Fundo Social Europeu e pela iniciativa Portugal 2020. De acordo com Paiva, Alves & Sampaio, (2018) o programa conta com mais de 15 edições e pode ser considerado como uma metodologia de ensino de empreendedorismo. O programa, de acordo com o site oficial:

“...é uma atividade da rede de instituições de ensino superior (Institutos Politécnicos, escolas superiores não integradas e escolas politécnicas das universidades), que surgiu em 2003. Esta é uma iniciativa que visa, através de um concurso de ideias e de planos de negócios, avaliar e premiar projetos desenvolvidos e apresentados por alunos, diplomados ou docentes destas instituições, ou outras pessoas, desde que integrem equipas constituídas por estudantes e/ou diplomados. O objetivo é fomentar uma cultura empreendedora e que impulse o desenvolvimento de competências por parte dos estudantes, estimulando o empreendedorismo e proporcionando saídas profissionais através da criação do próprio emprego” (Poliempreende, 2019).

Vemos, portanto, que o empreendedorismo vem sendo estimulado pelo governo e pelas empresas ao longo dos anos por meio de diversas iniciativas e projetos. Tais ações reforçam o alinhamento de Portugal às diretrizes da União Europeia para a promoção do empreendedorismo e demonstram que existe um esforço contínuo em despertar o espírito e a

cultura empreendedora por meio da educação, esforço este especialmente centrado na população jovem do país.

5. Algumas Reflexões Críticas

Estudos que exploram os aspectos críticos e consequências indesejadas da educação empreendedora são escassos, sendo muito mais comuns estudos com uma visão positiva do assunto (Moberg et al. 2014; Bandera, Santos & Liguori, 2021). É verdade, no entanto, que aos poucos estão aparecendo estudos menos apologéticos dispostos a discutir os “dark sides” do ensino do empreendedorismo (Olaison & Meier Sørensen, 2014) como por exemplo impactos psicológicos negativos causados nos estudantes (Shepherd, 2019) ou possíveis danos sociais derivados de um foco excessivamente individualista (Berglund & Verduijn, 2018).

Novas formas de ensino do empreendedorismo visam dar mais abertura para que o tema seja revisto de forma mais ampla e socialmente contextualizado, não se limitando a uma postura de identificação e execução de oportunidades de negócio (Berglund, Hytti & Verduijn, 2021). Busca-se, portanto, expandir o entendimento sobre empreendedorismo, indo além do foco em fazer dinheiro ou construir competências (Berglund, 2013), fazendo com que os interesses do aprendizado sejam guiados principalmente pela curiosidade e paixão pelo conhecimento (Zawadzki et al., 2020).

O que se percebe, no entanto, é que tanto no cenário europeu quanto especificamente no caso português a educação empreendedora está distante destas novas formas de ensino sendo encarada de forma pouco reflexiva, com adaptações da teoria do capital humano e sob uma lógica de consumo de serviços educacionais (Lima, 2018). Prova disso são os documentos publicados pela União Europeia sobre o assunto que assumem um tom invariavelmente prescritivo, informativo e raramente dedicam espaço para o debate de ideias alternativas ou para dúvidas. Nesta visão a educação é um caminho claro e pouco plural que por fim culmina num tipo de “pedagogia empreendedorista” (Lima, 2019).

Outro ponto crítico a ser destacado é a relação do empreendedorismo com o desemprego e contextos de crise. A este respeito Brás & Soukiazis (2015) afirmam que maiores níveis de empreendedorismo estão relacionados à escassez de empregos e à falta de investimentos públicos. De acordo com os autores em Portugal as ações empreendedoras decorrem em boa parte por necessidade e dada sua característica instável pouco contribuem para o desenvolvimento ou crescimento econômico do país. O estudo declara ainda que existe uma relação inversa entre PIB per capita e nível de empreendedorismo, de modo que, ao contrário do que poderia sugerir o senso comum, é nos países economicamente menos desenvolvidos que o empreendedorismo via autoemprego tem maior peso (Brás & Soukiazis, 2015).

Corroborando o estudo anterior dados da OECD mostram que durante o período de 2013 a 2017 quase um quarto dos empreendedores portugueses (23,7%) relataram que iniciaram um negócio, porém esta alta taxa, maior do que a média da União Europeia (20,3%), não relaciona-se à eficiência da educação empreendedora, mas aos altos níveis de desemprego e difíceis condições

do mercado de trabalho português, quando comparados com outros países do bloco (OECD/European Union, 2018).

6. Conclusões

Ao longo deste capítulo procurei demonstrar como o conceito de intenção empreendedora vem relacionado a ideia de educação empreendedora, muito embora também tenha destacado que não necessariamente mais educação empreendedora signifique um maior nível de empreendedorismo por parte dos estudantes. Pudemos constatar que o ensino do empreendedorismo tem causado impacto nas metodologias de ensino de modo que cada vez mais privilegia-se abordagens práticas em detrimento de abordagens pedagógicas com características mais teóricas e reflexivas.

Sobre as diretrizes da União Europeia a respeito do ensino do empreendedorismo verificou-se que esta é uma preocupação estratégica do bloco sendo objeto de diversos documentos, relatórios e planos de ação ao longo dos anos. Vimos que o modelo de educação preconizado é focado no tripé “atitudes, conhecimentos e competências” e busca cumprir o papel de preparar os indivíduos para a economia do conhecimento. Parte-se da premissa de que o desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora é desejável para todos os indivíduos contribuindo para um melhor exercício da cidadania, maior nível de empregabilidade, maior responsabilidade social, e por fim resultando num estilo de vida mais sustentável e saudável.

Quanto ao contexto português constatou-se que o ensino do empreendedorismo é estimulado em todos os níveis da educação, embora não exista uma política nacional efetivamente estabelecida para este fim. Diversos projetos apoiados por iniciativas públicas e privadas foram criados com o objetivo despertar o espírito empreendedor de estudantes e da população em geral. Como principais ações podemos citar o “Plano nacional de Educação para o Empreendedorismo” lançado em 2006, o “Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação” (+e+i)” lançado em 2011 e ainda o projeto “Poliempreende”, voltado para institutos politécnicos e escolas superiores não integradas.

Por fim como reflexões críticas discorremos que raros são os estudos dispostos a explorar os aspectos indesejáveis do ensino do empreendedorismo, de forma que o campo carece de estudos que osem questionar suas bases e apontar suas consequências indesejadas. Também destacamos que o estilo de educação empreendedora promovida pelas diretrizes da União Europeia e acolhida por Portugal abre pouco espaço para o debate, sendo por isso uma forma de educação pouco reflexiva e baseado numa lógica que enxerga os estudantes como clientes e a educação como um produto. Finalmente apontamos a relação entre crescimento do empreendedorismo por necessidade e a falta de oferta de empregos no mercado formal, que acaba empurrando as pessoas para um tipo de empreendedorismo “forçado”, muito característico do empreendedorismo português e que pouco contribui para o desenvolvimento econômico do país.

7. Referências

- Anne Støren, L. (2014), "Entrepreneurship in higher education: Impacts on graduates' entrepreneurial intentions, activity and learning outcome", *Education + Training*, Vol. 56 No. 8/9, pp. 795-813. <https://doi.org/10.1108/ET-06-2014-0070>
- Audretsch, D. B., Grilo, I., & Thurik, A. R. (Eds.). (2007). *Handbook of research on entrepreneurship policy*. Edward Elgar Publishing.
- Bandera, C., Santos, S. C., & Liguori, E. W. (2021). The Dark Side of Entrepreneurship Education: A Delphi Study on Dangers and Unintended Consequences. *Entrepreneurship Education and Pedagogy*, 4(4), 609–636. <https://doi.org/10.1177/2515127420944592>
- Banha, F., Saúde, S., & Flores, A. J. (2021). Entrepreneurship Education: A Dimension of Citizenship Education. In S. Saúde, M. Raposo, N. Pereira, & A. Rodrigues (Ed.), *Teaching and Learning Practices That Promote Sustainable Development and Active Citizenship* (pp. 107-132). IGI Global. <http://doi:10.4018/978-1-7998-4402-0.ch006>
- Barron, E., & Ruiz, L. E. (2021). Evaluating the effect of entrepreneurial programs elements on students: A scale development. *BAR-Brazilian Administration Review*, 18. [online]. 2021, v. 18, n. 2 [Accessed 20 October 2021], e190057. Available from: <<https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2021190057>>.
- Berglund, K., Hytti, U., & Verduijn, K. (2021). Navigating the Terrain of Entrepreneurship Education in Neoliberal Societies. *Entrepreneurship Education and Pedagogy*, 4(4), 702–717. <https://doi.org/10.1177/2515127420935444>
- Berglund, K., & Verduijn, K. (2018). Challenges for entrepreneurship education. In Berglund, K. & Verduijn, K. (Eds.), *Revitalizing entrepreneurship education. Adopting a critical approach in the classroom* (pp. 3–24). Taylor & Francis.
- Berglund, K. (2013). Fighting against all odds: Entrepreneurship education as employability training. *Ephemera: Theory and Politics in Organization*, 13, 717–735.
- Zawadzki, M., Jałocha, B., Mazurkiewicz, G., Pluszyńska, A., & Prawelska-Skrzypek, G. (2020). Unrooting Management Education and Entrepreneurial Self From Neoliberal Demands: An Action Research Approach. *Entrepreneurship Education and Pedagogy*, 3(3), 265–290. <https://doi.org/10.1177/2515127420912399>
- Brandão, Carlos; Paiva, Teresa; & Saraiva, Helena. (2018) "A Europa e o Empreendedorismo". In *Competências empreendedoras no Ensino Superior Politécnico: Motivos, influências, serviços de apoio e educação*. Portugal: Instituto Politécnico da Guarda. <http://www.poliempreende.com/file/Livro-Competencias-PIN.pdf>
- Brás G.R. & Soukiazis, E. | Pantea Foroudi (Reviewing editor) (2020) Entrepreneurship in secondary and tertiary sectors: The same determinants? *Cogent Business & Management*, 7:1, DOI: 10.1080/23311975.2020.1748790
- Cardoso, C. E. da S. (2016). *Motivações e Barreiras para a Prática do Empreendedorismo Feminino no Norte de Portugal: Um estudo exploratório, (Dissertação de Mestrado)*. Recuperado a partir de <http://hdl.handle.net/10400.22/9705> em 15/10/2021.
- Chaves, R. C., & Parente, C. (2011). O empreendedorismo na escola e o paradigma das competências: o caso da junior Achievement – Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas (Online)*, 67/2011, posto online no dia 12 de novembro de 2012, consultado dia 02 de outubro de 2021. URL: <http://journals.openedition.org/spp/601>

- Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, (2016). Educação para o empreendedorismo nas escolas europeias. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço de publicações da União Europeia.
- Daniel, A. D., Cerqueira, C., Ferreira, J. J. P., Preto, M. T., Afonso, P., & Quaresma, R. (2015). Universidade empreendedora no contexto português: das políticas públicas ao projeto GAPI 3. In ENSINO DO EMPREENDEDORISMO - Teoria e Prática. Reflexão das I Jornadas do Ensino do Empreendedorismo em Portugal. <https://bityli.com/d4mtyd>
- European Commission. (2019). Key competences for lifelong learning. Acesso em: 27/10/2021. Retrieved from: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/297a33c8-a1f3-11e9-9d01-01aa75ed71a1/language-en>
- Fernandes, J. M., & Afonso, P. (2015). Ensino de empreendedorismo no domínio do software: 6 anos de história na UMinho. In ENSINO DO EMPREENDEDORISMO - Teoria e Prática. Reflexão das I Jornadas do Ensino do Empreendedorismo em Portugal. <https://bityli.com/d4mtyd>
- GEM PORTUGAL. (2016). Estudo de avaliação sobre as dinâmicas empreendedoras em Portugal. http://www.spi.pt/documents/studies/GEM_Portugal_2016_Report.pdf
- Gomes, J. H., Alves, L., Vaquinhas, M. M., Melo, R., Pato, L., & Cruz, C. (2018). “O ensino superior e o empreendedorismo”. In Competências empreendedoras no Ensino Superior Politécnico: Motivos, influências, serviços de apoio e educação. Portugal: Instituto Politécnico da Guarda. <http://www.poliempreende.com/file/Livro-Competencias-PIN.pdf>
- Gonçalves, Vitor (2020). Educação para o empreendedorismo e tecnologias associadas. In Sara Dias-Trindade; J. António Moreira; António Gomes Ferreira (Coord.) Pedagogias digitais no Ensino Superior. Coleção Estratégias de Ensino e Sucesso Académico: Boas. <http://hdl.handle.net/10198/21800>
- Heinonen, J. and Poikkijoki, S. (2006). "An entrepreneurial-directed approach to entrepreneurship education: mission impossible?", *Journal of Management Development*, Vol. 25 No. 1, pp. 80-94. <https://doi.org/10.1108/02621710610637981>
- Hägg, G. (2017). *Experiential entrepreneurship education: Reflective thinking as a counterbalance to action for developing entrepreneurial knowledge*. (141 ed.). MediaTryck Lund.
- Hunady, J., Orviska, M., & Pisar, P. (2018). The effect of higher education on entrepreneurial activities and starting up successful businesses. *Engineering Economics*, 29(2), 226-235. <https://doi.org/10.5755/j01.ee.29.2.19069>
- João, I.M.; Silva, J. M. (2020). "Developing an Entrepreneurial Mindset Among Engineering Students: Encouraging Entrepreneurship Into Engineering Education," in *IEEE Revista Iberoamericana de Tecnologias del Aprendizaje*, vol. 15, no. 3, pp. 138-147, Aug. 2020, doi: 10.1109/RITA.2020.3008105.
- Lackeus, Martin; Sävetun, Carin (2018). Assessing the Impact of Enterprise Education in Three Leading Swedish Compulsory Schools. *Journal of Small Business Management*, 57:sup1, 33-59, DOI: 10.1111/jsbm.12497
- Liguori, Eric W.; Winkler, Christoph; Neck, Heidi M.; Terjesen, Siri (2019). Editorial: Special Issue on Entrepreneurship Education. *Journal of Small Business Management*, 57(S1), 4–5. doi:10.1111/jsbm.12542
- Lima, L. C. (2019). A Pedagogia do Oprimido como fonte para a crítica ao pedagogismo opressor. *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 54, pp. 11-29. <http://hdl.handle.net/1822/62554>

- Lima, L. C. (2018). Adult and permanent education in times of crisis: A critical perspective based on Freire and Gelpi. *Studies in the Education of Adults*, 50(2), 1-20. doi:10.1080/02660830.2018.1523087
- Mendes, A. R. de O. (2007). Apontamentos sobre a educação para o empreendedorismo em Portugal. *Revista Portuguesa De Pedagogia*, (41-3), p. 285-298. https://doi.org/10.14195/1647-8614_41-3_14
- Moberg, K., Vestergaard, L., Fayolle, A., Redford, D., Cooney, T., Singer, S., Sailer, K., & Filip, D. (2014). How to Assess and Evaluate the Influence of Entrepreneurship Education: A Report of the ASTEE Project with a User Guide to the Tools. The Danish Foundation for Entrepreneurship – Young Enterprise. <http://encurtador.com.br/aktIX>
- Mónico, L., Carvalho, C., Nejati, S., Arraya, M., & Parreira, P., (2021) Entrepreneurship Education and its Influence on Higher Education Students' Entrepreneurial Intentions and Motivation in Portugal. *BAR - Brazilian Administration Review* [online]. Available from: <<https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2021190088>>.
- Niwa, T. H., (2018). Exercício de análise de políticas públicas: o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e Inovação do Governo de Portugal (Programa +e+i). *RPPI - Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v.3, n.2, pp.29-58. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2018v3n2.36882>
- OECD. (2019). Cultivating Successful Entrepreneurs. Available at: <https://www.oecd.org/cfe/leed/entrepreneurship.htm>
- OECD/European Union. (2018). Inclusive Entrepreneurship Policies: Country Assessment Notes, Portugal. Available at: <https://www.oecd.org/cfe/smes/PORTUGAL-Country-Note-2018.pdf>
- Olaison, L., & Meier Sørensen, B. (2014). The abject of entrepreneurship: Failure, fiasco, fraud. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 20(2), 193–211. <https://doi.org/10.1108/IJEBR-09-2013-0143>
- Paiva, T; Alves, L. & Sampaio, J. H. (2018) “O Projeto Poliempreeende e o Projeto PIN”. In *Competências empreendedoras no Ensino Superior Politécnico: Motivos, influências, serviços de apoio e educação*. Portugal: Instituto Politécnico da Guarda. <http://www.poliempreeende.com/file/Livro-Competencias-PIN.pdf>
- Parreira, Pedro Miguel Santos Dinis, Carvalho, Carla Maria Santos de, Mónico, Lisete dos Santos, & Santos, Ana Sofia Marques de Oliveira Pereira. (2017). Empreendedorismo no ensino superior: estudo psicométrico da escala oportunidades e recursos para empreender. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 17(4), 269-278. <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2017.4.13736>
- Poliempreeende, (2019). Poliempreeende Projetos de Vocação Empresarial. Retrieved from: <http://www.poliempreeende.com/> em 20/11/2021.
- Ratten, V., & Usmanij, P. (2020). Entrepreneurship education: Time for a change in research direction? *The International Journal of Management Education*, 100367. doi:10.1016/j.ijme.2020.100367
- Saraiva, H., & Paiva, T. (2014). Entrepreneurship education in Portugal – Considerations on the topic and its development environment. *HOLOS*, 6, 3-15. doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2014.2587>
- Shepherd, D. (2019). Researching the dark side, downside, and destructive side of entrepreneurial action: It's the compassionate thing to do. *Academy of Management Discoveries*, 5(3), 217–220. <https://doi.org/10.5465/amd.2018.0194>

- Silva, A. A. da (2018), "No sinuoso trilho do empreendedorismo: financeirização e políticas de ativação do mercado de emprego". *Análise Social*, 229, liii (4.º), pp. 984-1009. <https://www.jstor.org/stable/26589937>
- Rae, D. (2010), "Universities and enterprise education: responding to the challenges of the new era", *Journal of Small Business and Enterprise Development*, Vol. 17 No. 4, pp. 591-606. <https://doi.org/10.1108/14626001011088741>
- Ramos, D., Madeira, M. J. & Duarte, F. A. P. (2020). Entrepreneurship Education and Entrepreneurial Intention: the Case of Portugal. *Ekonomika regiona [Economy of region]*, 16(1), 157-170 <https://doi.org/10.17059/2020-1-12>
- Ratten, V., & Usmanij, P. (2020). Entrepreneurship education: Time for a change in research direction? *The International Journal of Management Education*. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2020.100367>
- Redford, D. T. (2006). Entrepreneurship education in Portugal: 2004/2005 national survey. *Comportamento Organizacional e Gestão*, 12(1), 19-41.
- Redford, D. T. (2008). The state of entrepreneurship education in Portugal: an empirical study on a nascent system in the European Union policy framework (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Portugal)).
- Redford, D. T. (2013). *Handbook de Educação em Empreendedorismo no Contexto Português*. Universidade Católica Editora.
- Ribeiro, Maria Isabel; Fernandes, António; Cabo, Paula; Matos, Alda (2017). Empreendedorismo: perceções, atitudes e comportamentos dos alunos de uma instituição de ensino superior portuguesa. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas*. ISSN 2447-8407. 2:2, p. 29-54
- Rodrigues, R. G., Raposo, M. F. & Paco, A. M. (2010). Entrepreneurship education and the propensity for business creation: testing a structural model. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 9(1), 58–73. DOI: 10.1504/IJESB.2010.029506
- Santos, S. C., Neumeyer, X., & Morris, M. H. (2018). Entrepreneurship education in a poverty context: An empowerment perspective. *Journal of Small Business Management*, 57, 6-32. <https://doi.org/10.1111/jsbm.12485>
- Silva, M. A. O. M. D., Correia, M. F., Scholten, M., & Gomes, L. F. A. M. (2008). Cultura nacional e orientação empreendedora: Um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. *Comportamento organizacional e gestão*, 14(1), 65-84.
- Turner, Tobin; Gianiodis, Peter (2017). Entrepreneurship Unleashed: Understanding Entrepreneurial Education outside of the Business School. *Journal of Small Business Management*, 56: 131-149. <https://doi.org/10.1111/jsbm.12365>
- Testas, C. P., & Moreira, F. R. (2014). O empreendedorismo no ensino superior. *Gestão E Desenvolvimento*, (22), 139-163. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2014.261>
- Uniao Europeia (2016a). Comissão Europeia. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões. Uma nova agenda de competências para a Europa: Trabalhar em conjunto para reforçar o capital humano, a empregabilidade e a competitividade. Bruxelas: COM (2016) 381 final. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016DC0381> acesso em 21/10/2021.

- União Europeia (2006). Comissão das Comunidades Europeias. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comitê Económico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões. Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem, Bruxelas, 46.
- União Europeia (2006b). Decisão 2006/1720/ce do parlamento europeu e do conselho de 15 de novembro de 2006 que estabelece um programa de acção no domínio da aprendizagem ao longo da vida. Disponível em: <https://bityli.com/2AmRmx>
- Vieira, A. R. O. (2017). Fortalecer a Educação para o Empreendedorismo nas Instituições de Ensino Superior: Poliempreeende – Polientrepreneurship Innovation Network (Unpublished master’s dissertation). Universidade de Coimbra, Portugal.
- Volkman, C. (2004). Entrepreneurial studies in higher education, *Higher Education in Europe*, 29:2, 177-185, DOI: 10.1080/0379772042000234802
- Youthstartproject, (2018). Sobre o Youth Start. Retrieved in 20/11/2021 from: <http://www.youthstart.eu/pt/about/>